

O SISTEMA DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA AMERICANA E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

*Nilo Barroso**

Resumo: Neste estudo, procura-se verificar em que medida se poderia aproveitar a experiência americana na solução dos problemas da agricultura brasileira, especialmente no que se refere ao uso mais eficiente do crédito rural no processo de transformação do setor. *Preliminarmente, o autor destaca as principais características da agricultura americana e brasileira, bem como de seu sistema de crédito rural, para, a seguir, apresentar uma análise comparativa entre os dois sistemas. A agricultura americana funciona como parte integrante de um sistema altamente capitalizado, sendo os recursos gerados pelo setor reinvestidos na sua expansão e modernização. O êxito da agricultura americana se deve à excelência de seus serviços de apoio — sobretudo, sistema de educação, pesquisa e experimentação — e ao planejamento desses serviços de apoio, existentes nos doze "District Boards", com a sua estrutura de bancos rurais e de associações de produtores, que gerem todo o sistema. No Brasil, com exceção de alguns serviços criados à semelhança dos existentes nos Estados Unidos, há profundas diferenciações, seja em termos de organização e funcionamento do negócio agrícola, seja em termos de estruturação e funcionamento do sistema de crédito rural. A Diferença mais marcante, contudo, se relaciona com a natureza dos recursos destinados ao funcionamento do setor rural. Apesar do esforço que tem sido feito para dotar o crédito rural de recursos não-monetários, a inflação crônica de que padece o País sempre afugentou a aplicação de capitais em títulos (bônus e letras imobiliárias) para financiar a agricultura. Por outro lado, os subsídios embutidos nas taxas de juros das operações rurais constituem um estímulo para que o produtor rural, especialmente o grande produtor, utilize os lucros obtidos na atividade rural em negócios mais lucrativos, inclusive, na aquisição de terras. Em síntese, pode-se afirmar que a eficácia do crédito rural no Brasil é sensivelmente limitada pela organização ainda pré-capitalista de grande parte de sua agricultura. Todavia, o Governo está consciente das distorções geradas pelos programas de crédito subsidiado, a julgar pelas medidas tomadas a partir de 1980, limitando não só o volume de crédito em função do tamanho progressivo da propriedade, como pela retirada dos subsídios. A implantação da EMBRAPA, a institucio-*

* O autor é Técnico em Desenvolvimento Econômico do Banco do Nordeste do Brasil S.A., atualmente exercendo as funções de Coordenador Adjunto da Coordenadoria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, em Brasília.

nalização do Serviço de Extensão (EMBRATER), além da melhoria progressiva de outros serviços de apoio ao setor constituem indícios de que a agricultura brasileira já reúne as condições necessárias e suficientes à sua modernização.

Introdução

Relativamente, tem-se discutido muito pouco no País acerca do papel que deveria caber ao crédito rural no desenvolvimento da agricultura brasileira.

Além disso, inexistem estudos de avaliação dos programas em execução, desconhecendo-se, até mesmo, a participação relativa das fontes não-institucionais de crédito (recursos próprios dos agricultores, financiamento dos comerciantes e outras).

Uma análise mais abrangente dos problemas responsáveis pelo atraso relativo da agricultura brasileira, especialmente os relacionados com o processo de formação de capital, poderia, certamente, ensejar mudanças substanciais nos atuais programas de crédito rural, dando-lhe importante papel como instrumento de transferência de nova tecnologia.

O presente trabalho objetiva verificar em que medida se poderia aproveitar a experiência americana, especialmente no que se refere ao uso mais eficiente do crédito rural no processo de transformação da agricultura brasileira.

É evidente que os contextos econômico, social e cultural das agriculturas americana e brasileira são completamente distintos, razão por que seria conveniente, antes de fazer qualquer análise comparativa, ter uma idéia, ainda que sucinta, das características principais de ambas as atividades.

Características Principais da Agricultura Americana e Brasileira

A agricultura americana é a maior indústria do país. Seu ativo total é da ordem de US\$ 927 bilhões, o que corresponde a cerca de 88% do ativo total de todas as corporações industriais dos Estados Unidos.

O setor é também o maior empregador nacional. De 14 a 17 milhões de pessoas trabalham em alguma fase do processo agrícola, desde a produção até a distribuição nos supermercados. As operações agrícolas propriamente

ditas utilizam 3,6 milhões de trabalhadores, ou seja, o equivalente ao total do número de empregados dos setores transporte, siderurgia e indústria automobilística.

A agricultura americana tem conseguido elevar rapidamente os seus índices de produtividade. Atualmente, um agricultor produz o suficiente para manter 60 pessoas, contra apenas 45 há dez anos.

Como decorrência da constante elevação dos índices de produtividade, o número de propriedades e de agricultores tem diminuído rapidamente. Em 1951, existiam nos Estados Unidos 5.428 mil fazendas, nas quais estavam ocupados cerca de 22 milhões de agricultores. Em 1979, havia 2,3 milhões de propriedades agrícolas, ocupando apenas 6,2 milhões de pessoas.

No período considerado, a área cultivada praticamente não sofreu alterações, permanecendo o nível de 300 milhões a 350 milhões de acres por ano.

Em termos de renda, os reflexos da "green revolution" foram também impressionantes. A renda consolidada da exploração agropecuária (exclui outras rendas não provenientes da atividade) passou de US\$ 38,9 bilhões em 1950, para US\$ 148,3 bilhões em 1979. A renda líquida (após os ajustamentos de inventário) evoluiu de US\$ 13,6 bilhões em 1950, para US\$ 31 bilhões em 1979. Em consequência desses resultados, o patrimônio líquido dos agricultores americanos passou de US\$ 122,3 bilhões em 1950 para US\$ 762,7 bilhões em 1979 (Quadro 1).

Vários fatores concorreram para a espetacular revolução ocorrida na agricultura americana, destacando-se, entre outros, a contribuição prestada pelo sistema de educação rural, pelos serviços de pesquisa, extensão e crédito rural.

Em ordem de importância, há um consenso de que o grande êxito da agricultura americana se deve ao fato de que ela foi fruto e parte integrante da própria revolução industrial.

Isso criou condições para que a experimentação e o ensino de artes e ciências agrícolas fossem largamente difundidos em todo o país, permitindo a rápida substituição dos antiquados métodos de produção. Segundo os historiadores, à época da Revolução Americana, a maioria dos agricultores daquele país utilizava ainda métodos agrícolas empregados na Roma antiga,

com modificações aprendidas dos mosteiros medievais e dos índios americanos.

QUADRO 1
Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido das Fazendas Americanas
no Período 1950/1980
(US\$ bilhões)

Itens	1950	1960	1970	1980
ATIVO				
– Terras, edifícios, outras instalações e benfeitorias	77,6	137,2	215,8	671,2
– Outros ativos físicos	41,1	54,9	76,3	210,3
– Ativos financeiros	15,8	18,1	22,8	38,5
Total	134,5	210,2	314,9	920,0
PASSIVO				
– Débitos (bancários e não-bancários)	10,7	23,7	50,3	152,8
– Débitos com a Commodity Credit Corporation	1,7	1,1	2,7	4,5
Total	12,4	24,8	53,0	157,3
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	122,3	185,8	261,9	762,7

No caso do Brasil, a agricultura praticamente não se beneficiou das rápidas transformações econômicas ocorridas no País nas últimas décadas, como evidenciam os baixos índices de produtividade das principais culturas (Quadro 2).

QUADRO 2
Rendimento de Algumas Culturas
(Produção por kg/hectare)

Produtos	1960	1970	1980
Algodão	549	455	454
Arroz	1.617	1.517	1.570
Banana (Cachos/ha)	1.389	1.775	1.213
Batata	5.598	7.394	10.745
Cacau	347	444	485
Café	943	628	966
Cana-de-açúcar (t/ha)	42	46	56
Feijão	676	635	425
Laranja (Frutas/ha)	74.481	76.705	95.088
Mandioca	13.121	14.553	11.774
Milho	1.298	1.442	1.781
Trigo	625	973	798

Esse atraso relativo deveu-se, em grande parte, ao baixo coeficiente de tecnologia usado, o que, de certo modo, parece encontrar justificativa na existência de ampla disponibilidade de terras e mão-de-obra relativamente baratas, fatores que, historicamente, têm incentivado no Brasil a prática de uma agricultura de natureza extensiva.

No setor pecuário os índices de produtividade são também relativamente baixos, tanto em termos de desfrute quanto em peso de carcaça por animal abatido, sem falar no longo período de tempo necessário para o abate e nas baixas taxas de fertilidade registradas.

Não obstante o capital existente na agricultura ter crescido em termos reais quase cinco vezes entre os censos de 1950 e 1970, passando de Cr\$ 969,6 bilhões em 1950 para Cr\$ 4,3 trilhões em 1970 (valores a preços constantes de 1980), "terras" e "construções" foram os itens predominantes na estrutura do ativo total (Quadro 3).

QUADRO 3

Estrutura de Capital da Agricultura Brasileira nos Censos de 1950-60 e 70
Participação Relativa

A t i v o s	1950	1960	1970
Total	100,0	100,0	100,0
Bens Imóveis	92,0	74,3	68,0
— Terras	77,8	62,7	53,7
— Construções	14,4	11,6	14,3
Outros Bens	7,8	25,7	32,0

Por outro lado, no período intercensitário considerado, como o número de propriedades mais que dobrou, passando de 2.059.653 estabelecimentos em 1950 para 4.915.806 em 1970, a densidade do capital por estabelecimento cresceu menos de uma vez (Quadro 4).

QUADRO 4

Densidade de Capital por Estabelecimento (Censos de 1950-60 e 70.

Valores a Preços de 1980. IGP-DI — 1965-67 = 100)

Anos	Valor do Capital Cr\$ 1.000 (a)	Número de Estabelecimentos (b)	a/b Cr\$	a/b
1950	969.622.881	2.059.653	470.770	1,00
1960	2.097.821.602	3.268.468	641.800	1,36
1970	4.289.949.304	4.915.806	872.600	1,85

Esses dados evidenciam, claramente, que a baixa produtividade da atividade rural no País se deve ao caráter extensivo das explorações, com uma alta predominância do fator terra na função de produção, o que tem impedido o uso de tecnologia substitutiva dos recursos de produção tradicionais, processo que, em outros países, foi o responsável pela "green revolution".

As Principais Características dos Sistemas de Crédito Rural Americano e Brasileiro

O Sistema de Crédito Rural Americano

O suprimento de crédito à agricultura americana tem evoluído rapidamente. Em 1950, o saldo dos financiamentos (incluindo os realizados pela Commodity Credit Corporation) totalizava US\$ 12,5 bilhões, contra US\$ 157,5 bilhões em 1980.

Com efeito, em 1950 a relação entre o saldo devedor dos empréstimos rurais e a renda bruta de todas as fazendas americanas (computando-se as variações de estoque e as transferências do Governo) era de US\$ 0,30. Ou seja, de trinta centavos por dólar de renda. Em 1979, essa relação já era de US\$ 0,74 (Quadro 5).

QUADRO 5

Relação Empréstimos Rurais/Renda Bruta da Agricultura Americana

I t e m s	1950	1960	1970	1980
Renda (US\$ bilhões)	41,1	41,4	76,0	184,0
Empréstimos (US\$ bilhões)	12,5	24,8	53,0	136,0
Empréstimos/Renda (%)	0,30	0,52	0,70	0,74

O sistema de crédito à agricultura americana é composto basicamente pelas seguintes entidades: bancos comerciais, companhias de seguros, comerciantes e distribuidores e pelo "Farm Credit System".

Esse sistema pertence e é operado pela iniciativa privada. Para apoiar os agricultores que não reúnem condições de serem assistidos normalmente pela rede privada, há uma agência governamental — a "Farmers Home Administration" (FmHA) — que atua basicamente com programas de crédito supervisionado.

Com o objetivo de proteger a renda do agricultor, há uma outra agência do Governo, no caso a "Commodity Credit Corporation", operando sobretudo o programa de suporte de preços.

Em 1980, do saldo devedor registrado para os empréstimos totais feitos à agricultura americana, no valor de US\$ 157,3 bilhões, a FmHA participou com US\$ 15,6 bilhões e a CCC com US\$ 4,5 bilhões, o que correspondeu respectivamente a 10% e 3% do total.

Assim, em 1980, dos recursos totais aplicados em crédito à agricultura americana, somente 13% foram destinados pelo governo, enquanto o restante originou-se do sistema privado, sendo que a maior parte veio de organizações formadas pelos próprios agricultores.

Isoladamente, o "Farm Credit System" é a mais importante fonte de financiamento da agricultura americana, suprimindo cerca de 30% do valor dos créditos utilizados em forma direta pelos agricultores e um pouco mais de 60% do crédito utilizado pelas cooperativas.

O "Farm Credit System" é administrado por um órgão federal independente — o "Farm Credit Administration" —, sediado em Washington (DC) e composto de 13 membros, sendo que 12 são designados pelo Presidente dos Estados Unidos, para um período de 6 anos, e o 13º pelo Departamento de Agricultura, como representante do Secretário da Agricultura.

O "Farm Credit System" é composto do "District Farm Boards", dos Bancos de Crédito Agrícola e das associações de produtores (Anexo I).

O país está dividido em 12 distritos de crédito rural, enquanto a rede de bancos de crédito rural é composta de 12 "Banks for Cooperatives", 12 "Federal Intermediate Banks" e 12 "Federal Land Banks". Abaixo de tudo

isso, estão as diversas associações de agricultores, tais como as "Borrowing Cooperative Associations", as "Production Credit Associations" e as "Federal Land Bank Associations".

Além dessa estrutura, há um órgão sediado na cidade de Nova Iorque ("Fiscal Agent"), que se encarrega da venda de bônus e debêntures emitidos pelos bancos que formam o "Farm Credit System", mediante estreito contato com as entidades que operam no mercado monetário e financeiro.

É importante mencionar que o "Fiscal Agent" não é uma parte integrante do "Farm Credit Administration", sendo apenas contratado pelos bancos de crédito rural que integram o "Farm Credit System".

Os recursos alocados à agricultura americana, sob a forma de empréstimos, originam-se em quase sua totalidade da venda de bônus, debêntures e dos lucros obtidos pelo funcionamento do próprio sistema. Do valor de cada financiamento tomado junto às entidades que formam o "Farm Credit System", o agricultor é obrigado a integralizar 5% em forma de ações, importância também financiável.

Com exceção da "Farmers Home Administration" e da "Commodity Credit Corporation", que têm suas taxas de juros-limites fixadas pelo Departamento de Agricultura, as demais entidades operam com taxas de mercado.

QUADRO 6
Empréstimos Rurais
(US\$ bilhões)

Discriminação	Farm debt outstanding, January 1				
	1950	1960	1970	1979	1980
DÉBITOS FUNDIÁRIOS					
Federal land banks	0.9	2.3	6.7	24.6	29.6
Cias. de Seguro	1.2	2.8	5.7	10.5	12.2
Bancos	0.9	1.5	3.5	8.6	8.6
Farmers Home Administration	0.2	0.7	2.3	4.1	6.6
Fontes individuais e outras	2.3	4.7	11.0	23.0	25.1
Total	5.6	12.1	29.2	70.8	82.1
DÉBITOS NÃO-FUNDIÁRIOS					
Bancos	2.0	4.8	10.3	28.3	31.0
Associações de Crédito à Produção	0.4	1.4	4.5	15.5	19.0
Farmers Home Administration	0.4	0.4	0.8	5.8	9.0
Fontes individuais e outras	2.3	4.9	5.3	10.4	11.7
Total	5.2	11.5	21.2	60.0	70.7
COMMODITY CREDIT CORPORATION					
	1.7	1.2	2.7	5.2	4.5
TOTAL	12.5	24.8	53.0	136.0	157.3

O Sistema de Crédito Rural Brasileiro

A primeira entidade oficial a operar com crédito rural no País foi o Banco do Brasil, com a criação, em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI).

Para dar condições operacionais ao novo Órgão, o Governo Federal, através da Lei nº 454/37, autorizou o Tesouro Nacional a subscrever ações do Banco do Brasil até o limite de cem mil contos, autorizando ainda o Banco a emitir bônus para financiar suas operações.

Outra medida de grande alcance foi, também, a regulamentação do penhor rural e das cédulas pignoratícias (Lei nº 492/37), medida que ensejou as condições indispensáveis para a realização de operações de médio prazo.

Ainda com a preocupação de dotar a CREAI de recursos específicos, para a realização de operações de médio e longo prazo, o Governo editou o Decreto-Lei nº 1.002/38, autorizando também o Banco do Brasil a emitir letras hipotecárias.

Em abril de 1939, o Ministro da Fazenda, com base no artigo 7º da Lei nº 454/37 e no artigo 3º "in fine" do Decreto-Lei nº 1.002/38, aprovava o regulamento da CREAI, dando ao Banco do Brasil as condições que o tornariam o principal financiador institucional da agricultura brasileira.

Posteriormente, através do Decreto-Lei nº 5.212/43, o Governo criou a Comissão de Financiamento da Produção, com o objetivo de "traçar os planos financeiros relativos à produção que interesse à defesa econômica e militar do País, e dar-lhes execução depois de aprovados pelo Governo".

Em junho de 1954, o Governo criou, pela Lei nº 2.237, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, regulamentada pelo Decreto nº 41.093, de março de 1957, com objetivo, nitidamente social, de elevar o nível de vida, saúde e instrução do pequeno proprietário rural, dando-lhe acesso à terra e ao crédito para exploração das glebas financiadas.

Além de outras fontes de recursos provenientes do Tesouro Nacional, o Banco do Brasil foi autorizado a emitir também letras hipotecárias para alocar recursos ao programa de colonização.

Nas décadas de 50 e 60, ampliou-se sensivelmente a rede de crédito rural oficial e particular e diversificou-se o sistema de serviços de apoio à agricultura, especialmente com a implantação do sistema de extensão rural no País.

Além disso, em 1965 foi institucionalizado o sistema de crédito rural no País, com a Lei nº 4.829. Por esse diploma legal, o Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco da Amazônia S.A. e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo passaram a integrar, como órgãos básicos, o sistema de crédito rural.

Na qualidade de órgãos auxiliares, passaram a pertencer ao sistema os bancos oficiais estaduais, as caixas econômicas, as sociedades de crédito, financiamento e investimentos e as cooperativas autorizadas a operar em crédito rural.

Esse diploma legal deu também maior organicidade ao sistema operacional propriamente dito, mediante uma classificação mais adequada das diferentes modalidades de financiamento, grupando-as em: custeio, investimento e comercialização.

No final de 1966, a Comissão de Financiamento à Produção passou a ser melhor instrumentalizada para exercer suas funções de órgão estabilizador da renda do agricultor, com a entrada em vigor do DL nº 79, instituindo normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários.

Por fim, a Lei nº 5.969/73 instituiu o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), com a finalidade de cobrir as operações de crédito rural dos riscos de iliquidez resultantes da ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações.

Em decorrência de toda essa infra-estrutura institucional, o crédito rural passou a ser no Brasil o mais importante e organizado instrumento de apoio à agricultura, quando comparado com os demais serviços existentes.

Com a crescente carga de subsídios embutida nas taxas de juros desses programas, não seria de admirar, portanto, que o valor das operações de crédito rural no período 1971/79 crescesse mais rapidamente do que o PIB do setor agrícola, com uma elevadíssima relação entre aqueles e estes valores (Quadro 7).

QUADRO 7
PIB da Agricultura e Valor dos Empréstimos Rurais
 (Valores a Preços de 1980 – 1965-67 = 100)

Anos	PIB Ag. (a)	Saldo das Operações (b)	(b/a) (%)
1971	593.442,5	435.162	73,3
1972	655.037,5	523.444	79,9
1973	819.840,6	679.955	82,9
1974	903.957,3	865.608	95,8
1975	935.738,1	1.119.305	119,6
1976	1.002.370,2	1.157.998	115,5
1977	1.242.910,4	1.192.550	95,9
1978	1.194.916,1	1.005.982	84,2
1979	1.113.004,7	969.898	87,1

Como a demanda de crédito rural é uma procura derivada, é óbvio que a rápida evolução observada não teve impacto significativo na produtividade do setor, tendo em vista que os créditos solicitados refletiam as necessidades de uma agricultura que se caracteriza, como salientado anteriormente, pelo uso extensivo de terra e mão-de-obra de baixa qualificação.

Outra característica fundamental do nosso sistema de crédito rural tem sido a incapacidade de mobilizar recursos de natureza não-inflacionária para financiar os programas existentes.

Para se ter uma idéia concreta desse problema, basta citar que, em 1981, o fluxo de recursos destinado ao setor rural, Cr\$ 481,6 bilhões, corresponde a 64,4% da variação, entre 1980/81, dos recursos não-monetários (Cr\$ 746 bilhões).

Uma Análise Comparativa Entre os Dois Sistemas

Em princípio, conviria enfatizar que a agricultura americana funciona como parte integrante de um sistema altamente capitalizado.

Como tal, os recursos gerados pelo próprio setor são reinvestidos na sua expansão e modernização. Em decorrência disso, a relação ativo/passivo é altamente favorável, tendo o patrimônio líquido das fazendas americanas correspondido, em 1980, a 82,9% do total do ativo.

Ademais, do total de US\$ 157,3 bilhões dos financiamentos concedidos à agricultura americana em 1980 (saldos), apenas US\$ 20,1 bilhões — 12,8% do total — originaram-se de recursos do Tesouro americano. Dos US\$ 137,2 bilhões restantes, uma parte considerável foram recursos oriundos da venda de bônus e obrigações e dos próprios produtores rurais.

Para tanto, nos financiamentos concedidos à agricultura americana — com exceção dos programas da Commodity Credit Corporation e da Farmers Home Administration —, os juros são cobrados à taxa de mercado, com o que o uso dos recursos produtivos, a nível das fazendas, é feito em função da produtividade marginal do fator em relação a seu preço.

Com isso, há a preocupação constante de elevar os índices de produtividade de culturas e animais, pois, do contrário, as aplicações alternativas fora da agricultura tornam-se mais atraentes, incentivando os produtores menos eficientes a saírem de seus negócios, o que explica, em grande parte, a redução da mão-de-obra empregada nas fazendas e a redução constante do número de propriedades, nas últimas décadas.

Outro fator causal do grande êxito da agricultura americana deve-se, como já se destacou, à excelência de seus serviços de apoio — em particular do sistema de educação, pesquisa e experimentação —, para os quais o Governo americano destina grande soma de recursos, inclusive a custos subsidiados.

Como esses serviços atingem a população rural como um todo, inclusive os jovens que emigram para os centros urbanos, a relação benefício/custos sociais é significativamente alta, além de não representar as distorções anteriormente apontadas no preço relativo dos recursos produtivos.

Por último, há a destacar o excelente planejamento dos serviços de

apoio existentes nos doze "District Boards" em que foi zoneado o País, com a sua estrutura de bancos rurais e de associações de produtores, as quais, em última análise, gerem todo o sistema.

No caso do Brasil, com exceção de alguns serviços criados à semelhança dos existentes nos Estados Unidos, há profundas diferenciações, como não poderia deixar de ser, seja em termos de organização e funcionamento do negócio agrícola, seja em termos de estruturação e funcionamento do sistema de crédito rural.

A mais marcante de todas é sem dúvida a relacionada com a natureza dos recursos destinados ao funcionamento do setor rural.

Não obstante o esforço que, desde os primórdios, foi feito no Brasil para dotar o crédito rural de recursos não-monetários, a inflação crônica de que padece o País sempre afugentou a aplicação de capitais em títulos (bônus ou letras imobiliárias) para financiar a agricultura.

De outro lado, os subsídios embutidos nas taxas de juros das operações rurais têm constituído grande estímulo para que o produtor rural, especialmente os grandes, utilizem os lucros obtidos na atividade rural em negócios mais lucrativos, inclusive na aquisição de terras, tendo em vista a possibilidade de financiá-la com recursos subsidiados.

Em consequência, além da pressão que esses financiamentos exercem anualmente sobre a base monetária, o crédito rural tem tido pouco impacto em termos de produção e produtividade, a julgar pela relação PIB da agricultura/saldo das operações rurais (Quadro 7).

Em parte, isso é perfeitamente compreensível, tendo em vista que o crédito, por si só, é incapaz de operar transformações no sistema produtivo, se não houver disponibilidade de conhecimentos sobre novas formas de produção à disposição do agricultor. Assim, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, o crédito rural no Brasil tem tido limitado uso como instrumento de transferência de tecnologia.

Além disso, o incipiente estágio de mercado de insumos modernos, assim como as deficiências da rede de comercialização são fatores determinantes de elevadas perdas de produção e de altos preços a nível dos consumidores, funcionando o crédito para comercialização apenas como um paliativo, contribuindo, não raro, para elevação dos custos financeiros da intermediação, devido à sobreposição de financiamento nas diversas fases do processo.

Conclusões

Em síntese, poder-se-ia afirmar que a eficácia do crédito rural no País é sensivelmente limitada pela organização ainda pré-capitalista de grande parte de nossa agricultura.

O crédito rural tem contribuído para perpetuar esse estágio, na medida em que os subsídios implícitos nas taxas de juros distorcem inteiramente a estrutura de preços relativos dos recursos produtivos, inibindo a combinação de fatores de produção mais favorável ao progresso e modernização do setor.

Com uma taxa real de juros, o produtor rural seria induzido a recorrer ao sistema de crédito apenas como forma de complementar seus próprios recursos, em usos cujos retornos pudessem ser pelo menos iguais aos custos financeiros do crédito.

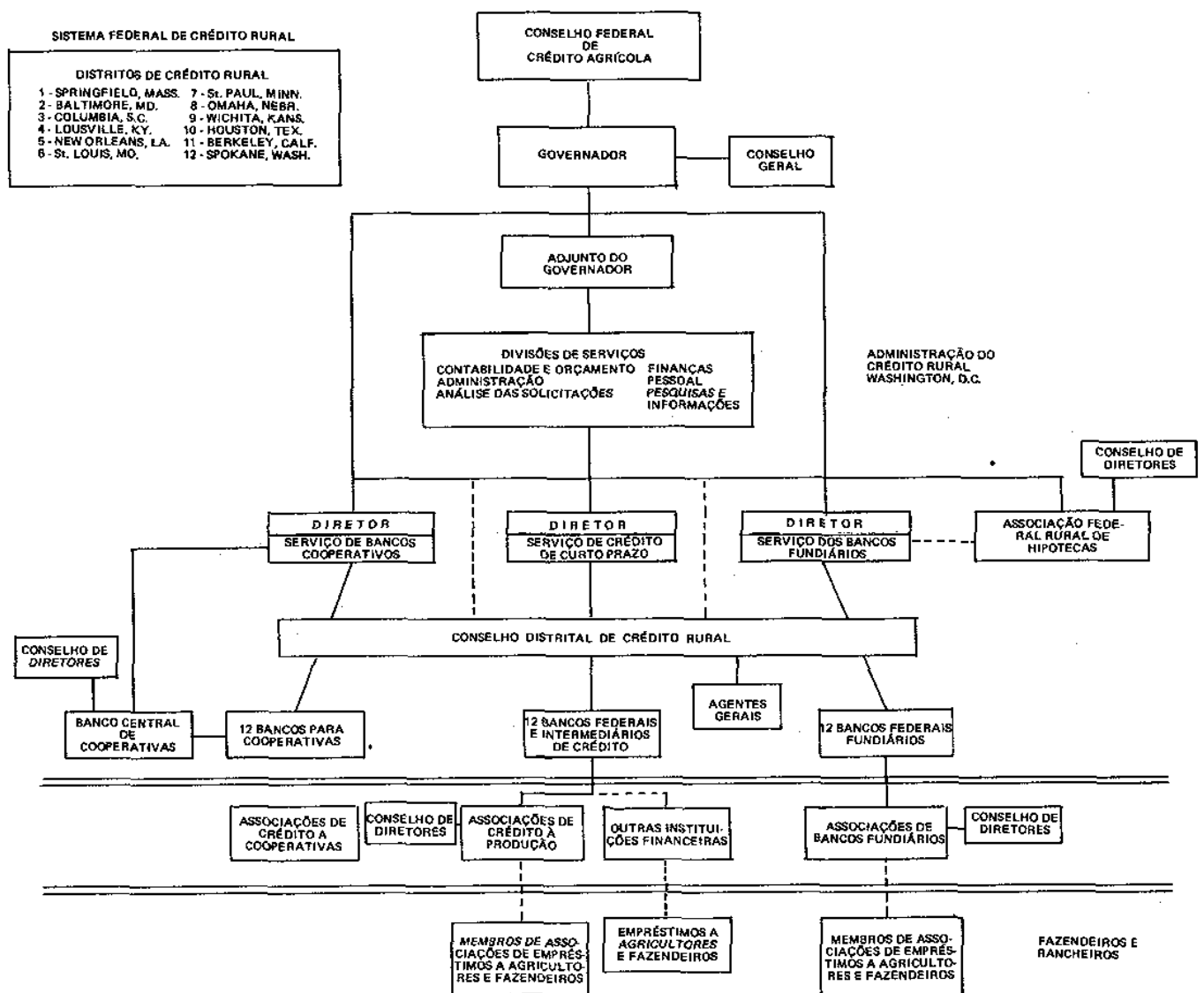
Uma política dessa natureza funcionaria como um seletor natural, reduzindo consideravelmente a demanda de crédito por unidade de renda obtida, o que poderia facilitar sensivelmente o ajuste da procura à disponibilidade de recursos não-inflacionários.

Evidentemente esses ajustes não poderiam ser feitos num período relativamente curto, pois a mentalidade de nossos agricultores está fortemente imbuída de que o crédito rural deve ser necessariamente subsidiado.

Felizmente, o Governo está perfeitamente consciente das distorções geradas pelos programas de crédito subsidiado, a julgar pelas medidas tomadas a partir de 1980, não só limitando o volume de crédito em função do tamanho da propriedade, como retirando progressivamente os subsídios.

Por outro lado, com a implantação da EMBRAPA e com a institucionalização do Serviço de Extensão (EMBRATER), além da melhoria progressiva de outros serviços de apoio ao setor, há fortes razões para se acreditar que a agricultura brasileira já reúne as condições necessárias e suficientes à sua modernização.

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CRÉDITO RURAL DOS ESTADOS UNIDOS



Abstract: In this study, we attempt to find out at which point we could take advantage of the American experience to help solving the problems of the Brazilian agriculture, particularly concerning the more efficient use of the rural credit in the changing course of the sector. Preliminarily, the author points out the main characteristics of the American and Brazilian agriculture, as well as their rural credit system, and afterwards presents a comparative analysis between the two systems. The American agriculture system works as a component part of a highly capitalized system and the resources generated by the sector being reinvested in its expansion and modernization. The success of the American agriculture is due to the excellent supporting service it has — mainly, the educational system, research and experimentation — and to the planning of these supporting benefits existing in the twelve District Boards with their structure of rural banks and producers' associations that supervise all the system. In Brazil, save some services instituted in the likeness of those existing in the United States, there are deep differences be it in terms of organization and operation of the farming activity, or in terms of structure and operation of the rural credit system. The most remarkable difference, however, is related to the nature of the resources reserved for the operation of the rural sector. Despite the effort that has been made to endow the rural credit with non-monetary resources, the constant inflation the country has always undergone, has chased away the application of capital in bonds (bonuses and property bonds), to finance agriculture. On the other hand, the subsidies inserted in the interest rates of rural operations constitute an incentive so that the rural producer, particularly the bigger producers can make use of the profits gained from farming activities in a more profitable business, including, purchasing more land. In a word, we can say that the efficiency of the rural credit in Brazil is greatly limited by the still pre-capitalist organization of the greater part of its agriculture. However, the Administration is aware of these distortions created by subsidized credit programs, judging from steps taken from 1981 on, limiting not only the volume of credit according to the progressive size of the property as well as by the withdrawal of the subsidies. The establishment of the EMBRAPA, the institutionalization of the Extension Services (EMBRATER), besides the progressive betterment of other supporting services to the sector, are evidences that Brazilian farming already gathers enough and the necessary conditions to its modernization.